

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS NOS DISCURSOS DISCENTES E DOCENTES: PARTICULARIDADES DO ESPORTE ESCOLAR EM UMA REGIÃO FRONTEIRIÇA

Gilson Pacola¹

Carlo Henrique Golin²

Deyvid Tenner de Souza Rizzo³

Rogério Zaim-de-Melo⁴

Este artigo apresenta os principais pontos divergentes e convergentes nos discursos discentes e docentes sobre os projetos esportivos públicos desenvolvidos no contraturno escolar da Rede Municipal de Ensino (Reme) de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, município este que possui características peculiares devido à sua condição fronteiriça (Brasil-Bolívia). Para tal, o trabalho focou na dinâmica local de fronteira, em especial para diagnosticar três vertentes: i) a compreensão dos alunos que estudam no Brasil e moram na Bolívia, normalmente chamados de discentes em situação pendular, sobre o acesso ao esporte escolar oferecido gratuitamente; ii) o entendimento dos professores sobre a participação desse público específico (pendular) na política pública local de esporte escolar; e iii) a triangulação de ambas as visões (discente e docente) sobre a política pública local de esporte escolar. Assim, foram realizadas entrevistas com os dois grupos, dos quais participaram onze alunos (pendulares) e onze docentes de três escolas da Reme. Os resultados do estudo apontam barreiras de acesso aos alunos em situação pendular nos projetos públicos de esporte escolar, sobretudo em decorrência de: falta de transporte; precariedade e/ou inexistência de infraestrutura esportiva; falta de vivência prévia para acesso ao esporte escolar; e diferentes formas de percepção do esporte praticado no Brasil e na Bolívia. Por fim, observa-se que existe a necessidade de o poder público local implementar políticas públicas diferenciadas, especialmente para atender às inúmeras demandas e fluxos dos alunos pendulares devido à fronteira Brasil-Bolívia, bem como oportunizar aos docentes formações continuadas específicas para o acolhimento dos alunos fronteiriços.

Palavras-chave: esporte escolar; fronteira; políticas públicas; pendularidade; cultura.

DIVERGENCES AND CONVERGENCES IN STUDENTS' AND TEACHERS' DISCOURSE: PARTICULARITIES OF SCHOOL SPORTS IN A BORDER REGION

This article presents the key points of divergence and convergence in the discussions between students and teachers regarding public sports projects, both of which are developed during the after-school hours in the Municipal Education Network of the city of Corumbá-Mato Grosso do Sul, a municipality with unique characteristics due to its border condition (Brazil-Bolivia). To achieve

1. Professor na Rede Municipal de Ensino (Reme) de Corumbá/Mato Grosso do Sul; e mestre em estudos fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* Pantanal. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9662-4050>. E-mail: ayala_pacola@yahoo.com.br.

2. Professor na UFMS, *campus* Pantanal; e doutor em educação física pela Universidade Católica de Brasília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1858-6068>. E-mail: carlo.golin@ufms.br.

3. Professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); e doutor em ciência do desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9622-9816>. E-mail: deyvidrizzo1@gmail.com.

4. Professor na UFMS, *campus* Pantanal; e doutor em educação brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0365-6000>. E-mail: rogeriozmelo@gmail.com.

this, the study focused on the local border dynamics, specifically diagnosing three aspects: i) the understanding of students who study in Brazil and live in Bolivia, often referred to as "pendular students," regarding access to free school sports; ii) the teachers' perceptions of the participation of this specific group (pendular) in the local public sports policy; and iii) the triangulation of both perspectives (student and teacher) on local public sports policy. As a result, interviews were conducted with both groups, involving 11 students (pendular) and 11 teachers from three schools in the network. The findings indicate barriers to access for pendular students in public school sports projects, primarily due to: lack of transportation; poor and/or nonexistent sports infrastructure; lack of prior experience for accessing school sports; and different perceptions of sports practiced in Brazil and Bolivia. Finally, it is noted that there is a need for the local government to implement tailored public policies, especially to meet the numerous demands and flows of pendular students due to the Brazil-Bolivia border, as well as to provide teachers with ongoing training specific to welcoming border students.

Keywords: school sports; border; public policies; pendularity; culture.

DIVERGENCIAS Y CONVERGENCIAS EN LOS DISCURSOS DE LOS ESTUDIANTES Y LOS PROFESORES: PARTICULARIDADES DEL DEPORTE ESCOLAR EN UNA REGIÓN FRONTERIZA

Este artículo presenta los principales puntos divergentes y convergentes en los discursos de los alumnos y los docentes sobre los proyectos deportivos públicos, ambos desarrollados en el horario extracurricular de la Red Municipal de Educación en la ciudad de Corumbá-MS, un lugar que tiene características peculiares debido a su condición fronteriza (Brasil-Bolivia). Para ello, el trabajo se centró en la dinámica local de la frontera, especialmente para diagnosticar tres aspectos: i) la comprensión de los alumnos que estudian en Brasil y viven en Bolivia, comúnmente llamados alumnos en situación pendular, sobre el acceso al deporte escolar que se ofrece gratuitamente; ii) el entendimiento de los profesores sobre la participación de este público específico (pendular) en la política pública local de deporte escolar; y iii) la triangulación de ambas visiones (alumno y docente) sobre la política pública local de deporte escolar. Así, se realizaron entrevistas con ambos grupos, donde participaron 11 alumnos (pendulares) y 11 docentes de tres escuelas de la Reme. Los resultados del estudio indican barreras de acceso para los alumnos en situaciones pendulares en los proyectos públicos de deporte escolar, sobre todo debido a: falta de transporte; precariedad y/o inexistencia de infraestructura deportiva; falta de experiencia previa para acceder al deporte escolar; diferentes formas de percepción del deporte practicado en Brasil y en Bolivia. Por último, se observa que existe la necesidad de que el gobierno local implemente políticas públicas diferenciadas, especialmente para atender las numerosas demandas y flujos de los alumnos pendulares debido a la frontera Brasil-Bolivia, así como brindar a los docentes capacitaciones continuas específicas para acoger a los alumnos fronterizos.

Palabras clave: deporte escolar; frontera; políticas públicas; pendularidad; cultura.

JEL: L83; I24; J18.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/rtm35art11>

Data de envio do artigo: 30/9/2024. Data de aceite: 12/12/2024.

1 INTRODUÇÃO

A faixa de fronteira terrestre no Brasil possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ e do Inep (2020), cerca de 586 municípios, e neles estão inseridas 13.033 escolas, entre públicas e privadas, que representam 7% do montante geral das escolas do país. É notório que as regiões fronteiriças apresentam uma carência de estudos relacionados ao esporte escolar, tanto na prática da educação física escolar (ensino curricular regular) quanto via atividades extracurriculares (Golin, 2017). Por essa razão, é relevante e necessário que sejam realizados estudos aprofundados sobre o esporte escolar, em especial nas regiões que possuem contato internacional.

Considerando o contexto regional da fronteira entre Brasil e Bolívia, lócus desta pesquisa, que abrange as cidades de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, e os centros urbanos de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia, é evidente a importância dos dados demográficos. Segundo a estimativa populacional de 2024 do IBGE, Corumbá tem 99.107 habitantes. Em comparação, as cidades bolivianas apresentam números menores: Puerto Suárez tem 17.378 habitantes, e Puerto Quijarro tem 17.826, conforme o Censo de 2024 do Instituto Nacional de Estadística (INE), da Bolívia. Essas variações nas dinâmicas populacionais refletem características regionais distintas entre os lados da fronteira.

Nessas localidades, observa-se uma intensa movimentação de pessoas, incluindo migrantes esporádicos e permanentes. Esses indivíduos apresentam perfis e identidades diversas, o que naturalmente gera trocas culturais e relações únicas, refletidas em costumes, tradições, culinária, vestuário, linguagem e outros elementos complexos. Esses aspectos podem promover tanto a aproximação quanto o distanciamento entre os locais e os migrantes (Oliveira, 2016).

Embora muitos vejam os limites nos mapas apenas como sinal de separação entre regiões geográficas, essa visão é simplista, pois a realidade social e cultural mostra que muitos desses limites são imaginários e não refletem verdadeiramente as dinâmicas humanas. Em áreas fronteiriças, Costa (2015) destaca que os moradores frequentemente estabelecem relações sociais significativas e formas de integração que superam as divisões cartográficas. De acordo com Neves e Conte (2023), essas interações evidenciam que, mesmo diante de demarcações físicas visíveis, as conexões humanas, políticas e culturais entre os habitantes desafiam continuamente esses contornos artificiais.

Weschenfelder, Fabris e Oliveira (2021, p. 676) ressaltam que “(...) viver na fronteira vai além de limites geográficos – envolve conviver com o novo e

5. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=28004&t=sobre>.

aprender novas formas de se expressar e de se identificar”. Para Oliveira, Mariani e Oliveira (2017), esses locais se caracterizam por apresentar fluxos fronteiriços intensos, onde a permissividade e a contradição emergem de uma rica vivência cotidiana nesse contexto. Essa dinâmica proporciona um ambiente em que os indivíduos estão constantemente em interação e aprendizado, moldando suas identidades de maneiras que desafiam a ideia de separação.

Essa rica vivência na fronteira fornece uma contribuição significativa não apenas para uma maior necessidade de adaptação às realidades circundantes, mas também para um fortalecimento das relações humanas que se estabelecem nesse contexto. Ao serem nutridas por interações diversas e frequentes, essas relações tornam-se, em última análise, um reflexo da complexidade das identidades que emergem em ambientes onde a proximidade física e a interação contínua são constantes.

Neves e Conte (2023) destacam que a convivência nas fronteiras, portanto, não é simplesmente uma questão de proximidade geográfica; ela implica uma dinâmica social que provoca transformações nas identidades pessoais e coletivas, estimulando um processo de constante redefinição e reconhecimento mútuo. A ausência de um muro tangível que as separe não elimina as barreiras sociais que persistem. O preconceito e a resistência à entrada de migrantes se tornam, nesse contexto, um muro simbólico que isola as nacionalidades. Esse fenômeno não apenas dificulta a convivência pacífica, como também impede a criação de canais abertos de diálogo e a troca cultural entre os grupos. Os conflitos que surgem a partir dessa situação trazem à tona uma série de desafios, notadamente no âmbito educacional.

Nesse contexto, sobre a vivência na fronteira, é relevante a discussão quanto aos aspectos da interação, socialização e adaptação dos sujeitos fronteiriços na região, algo que cada vez mais impacta as escolas locais, sendo impossível descon siderar a presença expressiva de alunos migrantes no local do estudo. A educação, entre as políticas públicas de Corumbá/MS, se tornou um atrativo para os jovens que moram na fronteira, como apontou Loro (2015), ao dizer que muitas famílias bolivianas registram seus filhos no Brasil a fim de obter acesso a serviços públicos brasileiros, como saúde e educação. Na mesma linha, Arf e Velasque (2017) e Weschenfelder, Fabris e Oliveira (2021) reforçam essa posição dizendo que as escolas situadas em áreas de fronteiras são, em geral, espaços que acolhem indivíduos de nacionalidades distintas e que lidam com situações típicas dessas regiões, como a mescla das diferenças culturais em um mesmo ambiente escolar.

Além dessas características, há uma peculiaridade local ao considerar a fronteira entre o Brasil e a Bolívia: muitos estudantes que moram nas cidades vizinhas (Puerto Quijarro/Puerto Suarez) se deslocam todos os dias para frequentar

as escolas em Corumbá/MS (Brasil), sendo eles conhecidos como alunos pendulares. Costa (2015), Golin (2017) e Aguilar (2021) apontam que muitos desses discentes possuem dupla nacionalidade (boliviana e brasileira) e parentes com vínculo boliviano, com certidão de nascimento expedida no Brasil, e mesmo assim são vistos por muitos brasileiros “nativos” como pessoas “estrangeiras”, nesse caso, por vezes são reconhecidos apenas como “bolivianos”, em sentido pejorativo. Inclusive, Peroza e Santos (2021) reforçam que esses alunos muitas vezes acabam sendo vistos como invisíveis e, portanto, são desconsiderados perante as políticas públicas ofertadas nas escolas. Logo, mesmo quando tais alunos comprovam que estão matriculados, os alinhamentos e as burocracias educacionais existentes desconsideram suas singularidades e particularidades. Esse fenômeno resulta em uma situação em que esses alunos pendulares são pouco reconhecidos no ambiente escolar, prevalecendo a ideia de marginalização em detrimento da inclusão, dificultando ainda mais seu engajamento e desenvolvimento pleno diante das oportunidades oferecidas pela escola.

De forma mais ampla, Farias, Golin e Costa (2023) descrevem ainda que a escola, por sua vez, enfrenta inúmeros desafios, como os eventos que ocorrem ao longo do ano letivo escolar e que, normalmente, sobrecarregam a rotina escolar. Essas circunstâncias acabam por dificultar ainda mais esse processo de acolhimento e integração dos alunos oriundos de outro país no contexto escolar, o que agrava a situação de exclusão e torna ainda mais complexa a tarefa de promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes. Assim, entende-se que, independentemente das atribuições diárias que ocorrem na escola, o acesso à educação e a outras atribuições públicas correlatas devem superar as dificuldades e tentar garantir os mesmos direitos a todos os alunos matriculados. Por isso, compreende-se que as atividades oferecidas pela Rede Municipal de Ensino (Reme) de Corumbá precisam levar em consideração a realidade local dos alunos pendulares e ir além das atividades tradicionais ofertadas pela escola, o que inclui a prática esportiva (extracurricular) de forma gratuita.

Nesse sentido, este trabalho surgiu da necessidade de um olhar mais atento às carências dos alunos que vivem em outro país (pendulares) e acabam, muitas vezes, desconsiderados ou “invisíveis” nas ações públicas locais, em particular no fomento ao esporte escolar (extracurricular). Assim, na segunda seção deste artigo, realiza-se uma breve discussão conceitual sobre o esporte escolar e sobre a política pública disponibilizada na Reme de Corumbá/MS. Na sequência, são apresentados os caminhos metodológicos no tocante à parte empírica da pesquisa. Posteriormente, na quarta seção, apontam-se os principais resultados encontrados, discutindo os pontos divergentes e convergentes nos discursos discentes e docentes sobre os projetos esportivos públicos desenvolvidos no contraturno

escolar da Reme de Corumbá/MS, levando em consideração a dinâmica e o fluxo local da fronteira Brasil-Bolívia.

2 O PROJETO ESPORTIVO ESCOLAR NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Inicialmente, ao inferir que o ensino e a prática de esporte no ambiente escolar estão intrinsecamente ligados à bagagem cultural dos diversos agentes envolvidos nesse processo, com um destaque especial para os docentes que influenciam diretamente essa dinâmica, pode-se dizer que todo caminho escolhido irá impactar no processo de formação discente (Ricci, Oliveira e Marques, 2022).

Segundo Neto, Dantas e Maia (2015), o esporte é um campo repleto de desafios, mas também atua como um elemento socialmente agregador. Esses autores defendem que, quando utilizado como um canal eficaz de socialização, ele pode dar origem a diversos projetos esportivos voltados para jovens em contexto escolar. Isso não apenas promove a prática esportiva, mas também fortalece laços e vínculos entre os alunos. Assim, o esporte na escola se torna uma ferramenta significativa e transformadora na vida dos estudantes, oferecendo suporte para enfrentarem os desafios dos contextos sociais em que vivem, conforme apontam Sanches e Rubio (2011).

Para ilustrar essa discussão, é interessante considerar um exemplo prático que ocorre na cidade de Corumbá/MS. Nesse município, destaca-se o projeto de Iniciação e Treinamento Esportivo, foco central deste estudo. Trata-se de um projeto que é oferecido como parte de uma política pública voltada especialmente para as escolas que compõem a Reme, com o objetivo de proporcionar oportunidades de desenvolvimento físico, social e pessoal aos jovens estudantes. A participação na prática esportiva, além de ser uma proposta enriquecedora, é opcional para todos os alunos matriculados nessa rede de ensino, o que lhes concede a autonomia de decidir se desejam ou não se engajar nas atividades oferecidas. O projeto abrange diversas modalidades esportivas, coletivas e individuais. Segundo Rizzo (2017), essa variedade aprimora habilidades e conhecimentos em diferentes esportes, contribuindo significativamente para o bem-estar, a integração e a formação integral dos alunos.

Em 2024, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Corumbá/MS registrou 14.039 alunos matriculados na Reme. Desses, 1.224 estão envolvidos em equipes de Iniciação e Treinamento Esportivo nas escolas municipais. Essa taxa de participação ressalta a importância de políticas públicas que visam promover a prática esportiva, a fim de desenvolver habilidades atléticas e valores como trabalho em equipe, respeito, disciplina e perseverança.

É importante ressaltar que essa ação, enquanto uma política pública local, é gerenciada pela Semed, órgão que normatizou o projeto por meio de uma

resolução municipal específica (Mato Grosso do Sul, 2021). Essa normativa estabeleceu que o atendimento deve ser direcionado aos estudantes do ensino fundamental, do 2º ao 9º ano, e oferecido tanto em escolas urbanas quanto rurais da Reme, sempre considerando o contraturno das aulas regulares. A prática esportiva é orientada com foco em dois grupos distintos de alunos. O primeiro abrange a Iniciação Esportiva, que é especificamente voltada para os estudantes que estão no intervalo do 2º ao 5º ano, enquanto o segundo grupo se refere aos alunos que frequentam do 6º ao 9º ano, visando ao Treinamento Esportivo.

Segundo a Resolução nº 198 (Mato Grosso do Sul, 2021), as divisões de turmas e faixas etárias para participação nos projetos esportivos são organizadas de modo a garantir a adequação das atividades propostas. Para as turmas que são formadas no período regular, fica estabelecido que a Iniciação Esportiva é destinada aos alunos da faixa etária de 7 a 10 anos, ao passo que o Treinamento Esportivo é voltado para alunos da faixa etária de 11 a 14 anos. Alunos acima de quatorze anos podem participar de projetos esportivos, mas enfrentam limitações nas competições oficiais do próprio município, o que restringe suas oportunidades de participação em eventos internos nas escolas, impactando sua vivência esportiva e social, sobretudo ao considerar os intercâmbios com outras instituições de ensino.

Em relação à carga horária dedicada aos projetos de Iniciação e Treinamento Esportivo, a Semed estabelece que, nas escolas de educação regular, o profissional efetivo de educação física pode ministrar aulas do projeto com uma carga de quatro horas semanais para a Iniciação Esportiva e de seis horas semanais de Treinamento Esportivo. É crucial mencionar que o profissional de educação física, caso tenha uma carga horária total de quarenta horas semanais efetivas na escola, não poderá atuar exclusivamente em um dos projetos, devendo equilibrar suas atividades. Assim, em um turno, ele poderá aplicar aulas de Iniciação Esportiva, enquanto, em outro turno, ele se dedicará às aulas de Treinamento Esportivo. Essa abordagem busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação esportiva de qualidade, contribuindo para seu desenvolvimento integral e para o fortalecimento da cultura esportiva nas escolas (Rizzo, 2017).

Ainda no contexto do projeto de Iniciação e Treinamento Esportivo desenvolvido pela Reme, o profissional de educação física desempenha um papel fundamental, sendo inteiramente responsável pela operacionalização e eficácia das práticas esportivas que ocorrem nesse ambiente. A carga horária total diária destinada a esse profissional abrange a ministração de aulas no âmbito da educação física escolar, bem como no projeto em discussão. É importante ressaltar que, no caso específico do projeto de Iniciação Esportiva e Treinamento Esportivo, a duração das atividades não pode ultrapassar um terço da carga horária semanal

de horas/aula, o que requer uma gestão cuidadosa do tempo e das atividades propostas aos alunos (Mato Grosso do Sul, 2021).

Outro aspecto que é necessário considerar é que os professores, sobretudo os de educação física, que atuam nas escolas localizadas em regiões de fronteira, devem estar adequadamente preparados para receber e acolher alunos que apresentam uma pluralidade cultural significativa. Esses docentes refletem a realidade da região de fronteira, onde diversas culturas coexistem. Essa convivência propicia aos professores a oportunidade de contribuir ativamente para a construção de um entendimento mais amplo de uma escola que se destaca pela diversidade em vários aspectos (Weschenfelder, Fabris e Oliveira, 2021).

Flores Aguilar, Prat Grau e Soler Prat (2019) ressaltam a importância de se analisar a perspectiva desses profissionais em relação a essa temática específica, considerando que os docentes são, de fato, os principais agentes de mudança que atuam dentro do ambiente escolar. Essa análise é particularmente relevante e se torna essencial, pois os educadores têm um papel crucial na formação da identidade e da cultura escolar.

A preparação dos docentes para lidar com essa diversidade cultural vai além das práticas cotidianas, perpassando a formação continuada em serviço que é ofertada pelos gestores públicos responsáveis. Arf e Velasque (2017) apoiam essa preocupação, ao afirmarem que as formações voltadas para a temática de fronteira, quando realizadas com professores, muitas vezes limitam-se a abordar questões que são mais ambientais e geográficas. Isso resulta em uma lacuna significativa, pois deixa de lado a discussão de temas fundamentais, que estão intrinsecamente relacionados à rotina peculiar, que caracteriza a vida em regiões fronteiriças, e à complexidade dessa vivência diária.

Candau (2020) reforça a ideia de que as capacitações e formações oferecidas aos professores precisam estar alinhadas com a realidade cultural dos alunos, para que, assim, os educadores consigam se aproximar mais efetivamente da realidade escolar em que atuam. Em regiões fronteiriças, há uma oportunidade única para discutir temas que possam refletir sobre a complexidade dos conceitos de fronteiras, a interculturalidade e as linguagens nas instituições de ensino.

Nesse sentido, Peroza e Santos (2021), juntamente com Farias, Golin e Costa (2023), defendem a necessidade de que as escolas promovam e discutam, em suas práticas pedagógicas, tanto a formação inicial quanto a continuada de professores, de maneira que se incluam conteúdos que estejam relacionados às interações e aos conflitos culturais que podem surgir no convívio entre estudantes nativos e estrangeiros em um mesmo ambiente escolar. Portanto, é imprescindível que se amplie o escopo das discussões e formações nessa área, para que todos os envolvidos possam se beneficiar de um entendimento mais abrangente

e enriquecedor, que verdadeiramente contemple as realidades enfrentadas nessa dinâmica intercultural.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O estudo desenvolvido adotou uma abordagem abrangente, que combina tanto a metodologia qualitativa quanto a quantitativa, com um caráter descritivo, conforme apontam os trabalhos de Gil (2008) e Creswell (2021). O objetivo central da pesquisa foi investigar as dinâmicas e as interações que ocorrem entre professores e alunos que atuam na educação básica da Reme de Corumbá/MS. Essa região é notável por ser uma área de fronteira, aspecto este que traz à tona desafios específicos e complexos aos ambientes educacionais, merecendo atenção e estudo detalhado.

Segundo as considerações de Oliveira e Campos (2012) e Golin (2017), os aspectos metodológicos que surgem no contexto fronteiro de Corumbá/MS se revelam bastante desafiadores, notadamente quando se consideram as particularidades inerentes aos fluxos sociais e culturais que emergem devido ao contato internacional. No espectro deste estudo específico, a pesquisa aborda o intercâmbio existente entre o Brasil e a Bolívia, um fator que torna o ambiente educacional ainda mais complexo e multifacetado, uma vez que as interações transfronteiriças influenciam diretamente as práticas e realidades nas escolas.

Em relação à amostragem das escolas incluídas na pesquisa, foi considerada a base dos resultados oriundos da análise da pesquisa preliminar. Para essa análise, foram utilizados dados da plataforma do Sistema de Gestão em Saúde, Educação e Assistência Social (GSEA), da Tagnos, que é responsável pelo armazenamento de todos os registros das escolas pertencentes à Reme. Nesse contexto, alguns critérios de filtragem dos dados foram levados em consideração, entre os quais se destacam: i) a identificação das escolas com maior número de alunos matriculados nas atividades dos projetos de Iniciação Esportiva e/ou Treinamento Esportivo; ii) a escolha das escolas pertencentes à região urbana de ensino regular; e iii) priorizaram-se as escolas que apresentavam um maior número de alunos matriculados em condição de pendularidade. Na análise dos dados, constatou-se que apenas três escolas municipais atendiam aos critérios estabelecidos para a seleção.

Para a amostragem dos sujeitos participantes, utilizaram-se alguns critérios de inclusão, que para os alunos foram: i) estar regularmente matriculado em alguma escola da Reme de Corumbá/MS; ii) estar em condição pendular; e iii) ser morador das cidades fronteiriças de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, localizadas na Bolívia. Quanto aos professores de educação física, os critérios aplicados foram: i) ser integrante do corpo docente de uma das três escolas

municipais selecionadas para a pesquisa; e ii) possuir turmas ativas no projeto de Iniciação e/ou Treinamento Esportivo da Reme.

Entre as três unidades escolares selecionadas, foram obtidos onze professores de educação física e onze alunos pendulares, de ambos os sexos, e todos concordaram em participar da pesquisa, conforme listado na tabela 1. Com essa amostra, foi possível compreender, de forma especial, uma parte das dinâmicas educacionais e as interações que ocorrem no contexto específico de Corumbá/MS, ao considerar o cenário vivido na região de fronteira do estudo.

TABELA 1
Quantitativo de professores de educação física e alunos pendulares participantes das entrevistas

Escolas municipais	Professores de educação física	Alunos pendulares
Escola A	4	4
Escola B	3	2
Escola C	4	5
Total	11	11

Elaboração dos autores.

O método de coleta de dados incluiu entrevistas individuais, seguindo um modelo de roteiro que consistiu em perguntas semiestruturadas. Essas entrevistas foram conduzidas com o consentimento explícito dos participantes, ratificado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É importante destacar que a participação dos envolvidos foi garantida com total respeito ao anonimato e à confidencialidade; além disso, os sujeitos participantes tinham a liberdade de concordar ou declinar a sua participação em qualquer momento do processo de pesquisa.

Outrossim, ressalta-se que as perguntas elaboradas para as entrevistas foram cuidadosamente pensadas e estruturadas, observando cada uma das peculiaridades dos alunos, em especial daqueles que frequentam as escolas fronteiriças da Reme em Corumbá/MS. Também levou-se em consideração a seleção dos principais questionamentos que pudessem possibilitar uma discussão mais rica e aprofundada, envolvendo as inter-relações dos temas centrais, como a escola e o projeto esportivo (extracurricular) em análise, a condição dos alunos pendulares, os professores de educação física e a realidade específica da fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Referente ao conteúdo das perguntas, estas foram divididas em dois tipos principais: i) as questões que focam no perfil dos sujeitos – tanto alunos como professores, que incluíram perguntas fechadas, permitindo, assim, que os respondentes escolhessem suas respostas entre as opções disponíveis; e ii) as questões de opinião – que foram formuladas como perguntas abertas, em que alunos

e professores puderam responder utilizando seu próprio vocabulário, o que permitiu a inserção de comentários e reflexões de cunho pessoal.

3.1 Coleta de dados

Este estudo coletou dados durante o período desafiador da pandemia de covid-19 (2019 e 2020), em que as escolas funcionaram no formato remoto. Apesar dessa configuração, caracterizada por uma modalidade de ensino não presencial, voltada principalmente para o aluno, ainda assim ela permitia que os professores conduzissem suas atividades pedagógicas, mesmo que de forma virtual. Diante dessa realidade, a aplicação do questionário que orientou a pesquisa foi realizada de duas maneiras distintas e complementares, visando atender às necessidades e realidades de diferentes grupos de participantes. Para aqueles que optaram por participar da pesquisa de forma presencial, a aplicação do questionário ocorreu em encontros que garantiram uma interação mais direta e pessoal. Essa abordagem possibilitou uma coleta de dados mais rica e abrangente, pois o contato físico permite nuances e dinâmicas que muitas vezes se perdem em interações mediadas por tecnologia.

Em contrapartida, a aplicação remota do questionário se fez necessária, especialmente para os alunos que residiam na Bolívia. Esses estudantes enfrentavam diversas dificuldades logísticas que tornavam inviável o deslocamento até o Brasil para participarem da pesquisa presencialmente. Assim, a adaptação para um formato remoto foi uma decisão estratégica, permitindo que esses participantes também contribuíssem para o estudo sem as barreiras que a distância física poderia impor.

O principal meio utilizado para a condução das entrevistas remotas com os alunos foi via ligações telefônicas realizadas por meio do aplicativo de chamada de voz WhatsApp. Essa escolha foi feita de forma consciente, em razão da complexidade e dos desafios que envolviam a realização de chamadas comuns, principalmente aquelas para números internacionais. Essas chamadas comuns apresentavam custos elevados, o que dificultava ainda mais o contato direto e frequente entre os pesquisadores e os alunos participantes. O uso do WhatsApp, portanto, não apenas facilitou a comunicação, mas também se mostrou mais acessível economicamente para todos os envolvidos.

Cabe dizer que a pesquisa recebeu a aprovação formal do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, formalizada pelo Parecer nº 26622719.3.0000.0021. Essa aprovação representou um passo crucial para o estudo, pois garantiu que todos os protocolos éticos necessários fossem rigorosamente seguidos durante todo o processo da pesquisa. Como parte desse compromisso ético, houve consentimento formal de todos os participantes, que foi devidamente registrado por meio

da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido durante o período da coleta de dados. Essa formalização do consentimento não apenas assegurou o respeito às diretrizes éticas, mas também reforçou a autonomia dos participantes ao garantir que eles estavam cientes e de acordo com sua participação no estudo. A partir disso, foi possível avançar de maneira transparente e responsável, com uma relação de confiança entre os pesquisadores e os participantes, essencial para a integridade do processo investigativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito às diferentes formas de percepção, tanto dos alunos pendulares quanto dos docentes – especificamente, dos professores de educação física, no que se refere ao projeto esportivo extracurricular de Iniciação Esportiva e Treinamento Esportivo implementado nas escolas fronteiriças da Reme de Corumbá/MS, identificou-se que ambos os grupos pesquisados destacam o meio de locomoção (transporte) como a principal barreira que dificulta uma maior participação dos próprios alunos pendulares nas práticas esportivas. De forma quantitativa, quando analisamos a porcentagem das respostas obtidas, é notável que 73% dos alunos e 55% dos docentes reconhecem que tanto o transporte quanto o fechamento da fronteira são os aspectos mais relevantes que impedem a participação efetiva dos alunos pendulares nos projetos esportivos desenvolvidos nas escolas.

Além do fator ligado à locomoção, outras barreiras mencionadas incluem a documentação irregular dos alunos que residem na Bolívia e a necessidade de trabalhar no comércio familiar, o que restringe ainda mais a sua possibilidade de envolvimento nas atividades esportivas. Essa percepção é complementada pela existência de impedimentos esporádicos que também impactam o acesso, como, por exemplo, uma barreira “física”, que é a restrição diante do fechamento da fronteira devido ao controle limítrofe entre os dois países naquela localidade.

Ambos os dados coletados sugerem uma possível falta de políticas públicas locais que garantam a implementação de meios de transporte escolar direcionados aos alunos em situação de pendularidade. Essa questão é reforçada por Aguilar (2021), ao mencionar que a Reme, além de não disponibilizar dados específicos sobre o fluxo escolar na fronteira Brasil-Bolívia, também falha em reconhecer a condição desses alunos pendulares como sujeitos de direitos. Nesse sentido, esses alunos são, de fato, “(...) excluídos de políticas educacionais específicas em Corumbá/MS, como, por exemplo, na oferta de linhas de ônibus de transporte escolar que os conduzam ao limite entre os dois países” (Aguilar, 2021, p. 42). Dessa forma, a implementação de tais ações seria fundamental para promover a formalização de parcerias efetivas com o poder público local, de modo a garantir o acesso seguro desses estudantes pendulares às instituições de ensino pertencentes à

Reme. Consequentemente, essa iniciativa facilitaria a adesão aos projetos esportivos, uma vez que a maioria dos estudantes que vivem na Bolívia dependem de caronas para se deslocar até as unidades escolares localizadas na cidade de Corumbá/MS (Aguilar, 2021).

Além de todos esses obstáculos, outro ponto importante mencionado pelos sujeitos da pesquisa está relacionado à precariedade ou mesmo à falta de infraestrutura nas escolas para a prática esportiva. Diante disso, constatamos que 54,5% dos alunos pendulares e 18,1% dos docentes consideram que essa fragilidade estrutural pode ser vista como mais um obstáculo que impacta diretamente a participação dos alunos que vêm da Bolívia nas atividades esportivas oferecidas pela Reme.

As limitações e deficiências nas instalações esportivas das escolas constituem obstáculos significativos que dificultam o acesso dos estudantes às atividades esportivas, sendo essas muitas vezes realizadas em ambientes que não são adequados para esse tipo de prática física, como indicam Lopes, Coelho e Teixeira (2022). O Instituto Península (2019) e o Inep (2020) ressaltam que a falta de estruturas adequadas, como quadras poliesportivas, é uma realidade comum à grande maioria das escolas públicas no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que simplesmente construir quadras esportivas não deve ser visto como a solução única para resolver todos os problemas enfrentados no contexto de esportes escolares. Nessa perspectiva, além de buscar a melhoria das condições dos espaços destinados ao esporte, é essencial que haja um fortalecimento da estrutura organizacional das atividades esportivas nas escolas. Conforme sugerido por Silva Junior *et al.* (2017), esse pode ser o caminho mais eficaz para promover e apoiar os trabalhos que envolvem práticas esportivas nas instituições de ensino.

Outro aspecto específico das entrevistas realizadas foi questionar os sujeitos envolvidos (alunos e docentes) sobre como se dava o primeiro contato com a iniciativa e como isso se refletia na escolha dos alunos em participar dos diversos projetos esportivos oferecidos pela Reme. Nas respostas obtidas (para 73% dos docentes e 54,5% dos alunos pendulares), notou-se uma maior predominância na comunicação baseada na fala, como forma de “divulgação” inicial dos projetos. Essa abordagem verbal era acompanhada pela entrega de um bilhete aos alunos, no qual havia um pedido de autorização a ser assinado pelos pais e/ou responsáveis.

Embora essas respostas possam indicar, à primeira vista, que os alunos tinham liberdade para escolher e participar dos treinamentos esportivos oferecidos pela Reme, é importante notar que essa aparente liberdade não correspondia a uma verdadeira autonomia na escolha. O bilhete com autorização passado aos alunos já possuía, de certa forma, um direcionamento prévio, indicando as modalidades esportivas que os alunos deveriam considerar para seu envolvimento. Assim,

o procedimento adotado pela escola carecia de um mecanismo que permitisse que os alunos vivessem a experiência dos esportes antes de serem convidados a formalmente escolher uma modalidade. Isso é ainda mais relevante para os alunos oriundos da Bolívia, que já enfrentam, como mencionado anteriormente, outros obstáculos que dificultam sua participação nos esportes em contraturno pela Reme. Portanto, o modo como a abordagem inicial foi estruturada traz implicações importantes, criando uma inversão na ordem das ações que deveriam ser realizadas.

Para ilustrar essa questão, seria mais apropriado que, antes de qualquer informação sobre os projetos esportivos ser apresentada aos alunos, a unidade escolar proporcionasse uma vivência anterior das diferentes modalidades esportivas. Somente após essa experiência inicial deveria ser encaminhado o “bilhete” que traria as informações complementares sobre a participação nos projetos esportivos oferecidos. Pires, Abreu e França (2016) argumentam que a experiência prévia com práticas esportivas nas escolas pode proporcionar aos alunos novas reflexões sobre os padrões de “escolha” que já estão estabelecidos nas unidades educacionais. Nessa lógica, Rizzo (2017, p. 10) também destaca a importância da “vivência da prática esportiva de forma consciente, autônoma e prazerosa”, que pode oferecer uma variedade de oportunidades a todos os alunos, levando em consideração as diferenças e particularidades de cada indivíduo envolvido nesse contexto e respeitando-as. Assim, é possível incluir a situação específica dos alunos pendulares, que possuem características e desafios que muitas vezes não são levados em conta pela unidade escolar.

Embora as respostas dos sujeitos apresentem similaridades, com muitos deles associando o “convite” ou “bilhete” a uma ideia de “liberdade de escolha” para a participação nas modalidades esportivas, foi também possível identificar nos discursos dos pesquisados que, na prática, essa “livre escolha” não existia de fato. Por isso, o que se verificou, na realidade, era um processo de “seleção” de alunos, em que se buscava destacar aqueles considerados “melhores”, isto é, os que apresentavam boas habilidades motoras, visando, assim, à composição das “equipes” nos projetos esportivos que ocorrem no contraturno escolar. Nesse enfoque, Rizzo (2017) faz uma interessante analogia entre os conceitos de “selecionar um time” e “escolher uma equipe”. Na perspectiva do autor, o primeiro aspecto, ao ser considerado, tende a ser mais “seletivo”, uma vez que favorece unicamente os alunos que se mostram habilidosos. Em contrapartida, a segunda abordagem é mais voltada para a questão da “equidade”, já que, de certa forma, prioriza a oferta de oportunidades iguais a todos os alunos, promovendo um viés mais educacional em relação ao esporte.

Para exemplificar essa questão, pode-se olhar para alguns depoimentos que evidenciam a prática seletiva existente nos projetos esportivos da Reme, conforme relatado nas respostas dos docentes e alunos (pendulares). O docente 2, por exemplo, mencionou que “(...) as aulas de educação física eram o caminho da seleção deles [alunos]”, o que demonstra uma clara intenção de selecionar os alunos. O docente 10 também comentou que “(...) utilizava a aula de educação física como forma de preparação desses alunos para a Iniciação Esportiva [projetos esportivos]”, sugerindo uma preparação voltada para a seleção. Por sua vez, o aluno 6 indicou que “(...) os alunos eram escolhidos [pelos docentes] nas aulas de educação física”, e o aluno 10 complementou dizendo que “(...) os professores escolhiam os que mais jogavam bem (...) ele ia escolher quem iria jogar [competir]”.

A prática de “formas de seleção” utilizadas na “escolha” dos alunos, com foco naqueles que possuem uma maior aptidão esportiva, pode resultar em uma barreira extracurricular para o acesso deles à política pública local, especialmente para aqueles que residem na região da fronteira boliviana sob condição pendular. Esses estudantes já enfrentam, como mencionado, suas dificuldades particulares, simplesmente pelo fato de serem habitantes do país vizinho. Diante disso, Rizzo (2017) alerta que a presença da seletividade esportiva no ambiente escolar representa uma das causas da acentuação das divisões sociais entre grupos, indo na contramão do que se espera que o esporte, em sua essência, promova: a inclusão e igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias pessoais ou sociais.

Ao confrontar as contribuições dos entrevistados, que incluem tanto os docentes quanto os alunos pendulares, acerca da inter-relação entre o esporte escolar, a vivência dos alunos pendulares e a dinâmica da fronteira entre Brasil e Bolívia, observou-se uma certa paridade nas respostas obtidas nas entrevistas. Essa similaridade se manifesta de maneira especial na percepção que esses grupos têm sobre as práticas esportivas que ocorrem nas escolas das localidades fronteiriças que foram objeto de nosso estudo no Brasil. Nas análises comparativas minuciosas, notamos que 54,5% dos professores e uma significativa maioria de 81% dos alunos pendulares fazem uma associação direta entre as atividades esportivas praticadas nas instituições de ensino com algum tipo de disputa competitiva. Essa associação é predominantemente evidenciada em relação a torneios, campeonatos e/ou jogos que são realizados entre as escolas.

No contexto específico dos alunos pendulares, surgem opiniões divergentes que se destacam quando se faz uma comparação com suas experiências esportivas nas duas realidades territoriais em que habitam: a brasileira e a boliviana. Ao serem questionados sobre como vivenciam o esporte na Bolívia, país onde

residem, esses alunos mostram uma tendência a associar a prática esportiva com as atividades de lazer, desprovidas de intenções competitivas. Exemplos como “jogar no campinho”, participar de “futebol na igreja” ou se engajar em “brincadeiras na rua” estão entre as práticas esportivas que mais aparecem nas respostas dadas pelos alunos. Essa dicotomia entre as diferentes realidades que eles experienciam no Brasil e na Bolívia parece ser um aspecto desconhecido por parte dos docentes, notadamente pelos professores de educação física, uma vez que, durante todo o processo das entrevistas, não foi percebido nenhum tipo de comentário que se referisse a práticas esportivas, sejam elas escolares ou não, que ocorressem no território boliviano.

Sobre o aspecto apresentado anteriormente, o estudo realizado por Loro (2015) sobre o brincar nas escolas da Reme de Corumbá/MS já tinha identificado percepções que corroboram com a ideia de “desconhecimento” por parte dos professores brasileiros no que tange às relações e vivências dos alunos que residem na fronteira Brasil-Bolívia. Em sua pesquisa, Loro (2015, p. 198) destacou que os docentes expressaram a dificuldade em perceber “(...) elementos comuns e/ou diferenças entre as brincadeiras realizadas pelas crianças descendentes de bolivianos e brasileiras”. Além disso, os professores demonstraram uma significativa carência em sua formação inicial, que, por sua vez, limita a compreensão do seu papel em relação ao alunado descendente de bolivianos. A questão do “(...) aspecto da inserção do aluno descendente de boliviano na rede pública de ensino brasileira ainda é pouco discutido na formação do professor de educação física” foi ressaltada por Loro (2015, p. 198), o que adiciona uma camada de complexidade nessa dinâmica. Esse mesmo aspecto, que aborda o “desconhecimento” do professor em relação ao “outro lado”, foi também mencionado por Golin (2017, p. 254), quando observou, em discursos de alunos e professores locais em Corumbá/MS, uma fragilidade em “(...) considerar e valorizar a cultura boliviana numa escola fronteiriça na região”. Portanto, pode-se observar nos dados que os docentes parecem estar distantes das vivências e experiências que os alunos fronteiriços contam sobre seu país de moradia, a Bolívia. Além disso, se essas experiências fossem mais bem exploradas e integradas, poderiam, de fato, favorecer uma maior inclusão e integração dos alunos nos projetos esportivos presentes nas instituições de ensino da Reme. Isso ressalta a importância de uma formação docente que abarque essas realidades e promova um diálogo mais profícuo entre os saberes dos alunos e o ambiente escolar.

Um outro aspecto comparativo que foi relevante nas análises das entrevistas realizadas entre os diversos participantes da pesquisa diz respeito à percepção do vínculo existente entre os estudantes que moram no Brasil e aqueles que se deslocam frequentemente, conhecidos como alunos pendulares. No caso em questão, foi considerada a participação nas aulas do projeto esportivo

implementado pela Reme. Os dados observados indicam que 64% dos alunos pendulares afirmaram considerar a convivência com os colegas brasileiros como boa, ou mais precisamente, próxima do que se poderia chamar de “normal”. É bem interessante observar que, entre os docentes, 54,5% deles relataram não perceber ou não observar problemas de relacionamento entre alunos oriundos de diferentes culturas durante suas aulas. No entanto, ao longo da análise das entrevistas, foi identificada uma série de comentários que divergem das respostas iniciais tanto do grupo de docentes quanto dos alunos pendulares, e chamou a atenção o fato de que os sujeitos da pesquisa passaram a evidenciar características e situações que acabam contribuindo para a ocorrência de conflitos durante as práticas esportivas realizadas na escola.

Outra questão que emergiu das respostas dos docentes foram os comentários que mencionavam as diversas dificuldades enfrentadas devido ao idioma, os preconceitos que alunos brasileiros demonstravam em relação aos bolivianos, além de relatos que indicavam que certo grupo de alunos “zombava” de outros exclusivamente por serem moradores da Bolívia. Logo, os comentários feitos pelos docentes revelam uma realidade que precisa ser abordada com atenção. Já nas respostas obtidas com os alunos que residem na Bolívia, percebeu-se a presença de conflitos ligados à comunicação, sobretudo pelo fato de que muitos deles não se sentiam à vontade para “falar muito o português”, além de relatos sobre o uso de “apelidos” pejorativos que eram frequentemente utilizados pelos alunos que estudam no Brasil para se referir aos estudantes bolivianos.

Esses diferentes relatos de comportamentos e situações adversas também foram amplamente estudados nas escolas situadas na cidade de São Paulo, onde a convivência entre alunos bolivianos e brasileiros é uma realidade vivida diariamente. Os principais achados das pesquisas de Schilling e Magalhães (2012) e Silva (2014) corroboram com os dados coletados nas escolas localizadas na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, como é o caso de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Nesses estudos, foram constatadas, de forma clara, as dificuldades relacionadas à barreira do idioma, a rejeição de alunos brasileiros em relação aos colegas de origem boliviana e, talvez o mais preocupante, a ineficácia das políticas públicas brasileiras que deveriam atuar para prevenir ou, ao menos, amenizar a invisibilidade dos alunos oriundos de outros países e que se encontram inseridos nos ambientes escolares brasileiros. Portanto, é evidente que, em um contexto escolar em que há uma grande diversidade cultural, é essencial que se busquem caminhos que favoreçam “(...) a interação, a integração e/ou a convivência das pessoas de culturas diferentes”, ao mesmo tempo que se deve manter uma atenção especial quanto ao potencial surgimento de “(...) embates, conflitos, fricções indesejáveis”, que são comuns em regiões de fronteira com interações internacionais, conforme ressaltado por Golin (2017, p. 65).

Os autores Arf e Velasque (2017) argumentam que, mesmo sendo comum a ocorrência de conflitos e discriminações entre alunos de diferentes nacionalidades na área de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, é sempre de suma importância que as escolas, por meio de seus gestores e professores, busquem constantemente fortalecer um ambiente de melhor convivência em um contexto que é ricamente diverso culturalmente. Por isso, é extremamente pertinente que as ações pedagógicas vinculadas ao esporte sempre se fundamentem em princípios como respeito, cordialidade, companheirismo, cooperação e interação entre os alunos. Nesta mesma linha de pensamento, Bickel, Marques e Santos (2012) ressaltam que o esporte, além de desempenhar um papel significativo no processo educacional, possui a capacidade notável de estreitar relacionamentos interpessoais. Rizzo (2017, p. 44) amplia essa perspectiva para o ambiente escolar, apontando que o esporte educacional é “(...) um precioso instrumento mediador da aprendizagem, garantindo possibilidades de uma formação pautada na equidade, cooperação, responsabilidade, autonomia e inclusão”. Destarte, reafirmamos que a promoção do esporte nas escolas pode se revelar um poderoso elemento incentivador de relações interpessoais mais saudáveis e de uma convivência mais harmoniosa nas instituições escolares de regiões fronteiriças com integração e contato internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da fronteira entre Brasil e Bolívia, manifestado pelos sujeitos que foram entrevistados neste estudo – incluindo tanto os alunos pendulares quanto os docentes de educação física –, revela visões bastante particulares que, em diversas situações, mostram-se divergentes. Essa diversidade de percepção sobre a fronteira dificulta o avanço nos debates sobre estratégias de participação e integração dos alunos que residem no país vizinho, especialmente no tocante às práticas desenvolvidas nos projetos esportivos das escolas municipais que compõem a Reme. Adicionalmente, tal cenário também dificulta a abordagem do tema da fronteira em um contexto escolar mais amplo e produtivo.

Entre os obstáculos mencionados pelos alunos que transitam entre os dois países e tentam participar das práticas esportivas oferecidas pelos projetos da Reme, destacou-se, predominantemente entre todos os sujeitos envolvidos, a questão do meio de locomoção/transporte, além dos impedimentos esporádicos que podem surgir devido à dinâmica local. Esses impedimentos incluem, sobretudo, o fechamento ocasional da área de controle da fronteira entre Brasil e Bolívia, além da falta de infraestrutura adequada nas escolas. Tais fatores se somam, criando uma barreira adicional à participação desses alunos nas atividades esportivas.

Nos dados empíricos, foi identificada também a presença de um certo processo de “seleção” dos alunos, o que impõe mais uma possível barreira à

inserção e à participação efetiva dos alunos nas práticas dos projetos esportivos que fazem parte da Reme. Observou-se que há uma tendência, particularmente perceptível entre os profissionais de educação física, de optar por escolher os alunos que apresentam melhor aptidão esportiva para compor as equipes dos projetos esportivos que ocorrem no contraturno escolar. Essa abordagem se torna contraditória, notadamente ao considerar que os projetos têm, em sua concepção inicial, o propósito de fomentar a inclusão e a participação de todos os discentes, em conformidade com as premissas da educação esportiva e com o que está estabelecido na documentação da Reme, órgão que regula essa política pública local.

Além disso, entre os alunos pendulares, foram mencionadas percepções bastante distintas sobre a prática esportiva em contextos geográficos diferentes. Quando esses alunos estão no Brasil, tendem a associar sua participação em atividades esportivas a algum tipo de competição, campeonato ou torneio, o que demonstra a forte presença da competitividade em suas vivências. Essa associação gera uma impressão de seletividade que pode levar à exclusão de alguns alunos. Em contrapartida, no território boliviano, que é o local onde esses alunos residem, eles expressaram uma percepção diferente sobre a questão, associando sua participação em atividades esportivas a momentos de lazer e a aspectos lúdicos, indicando que são mais participativos e que o grau de competitividade é menor. Essa diferença de entendimento sobre a prática esportiva pode influenciar de forma significativa como esses alunos se sentem em relação à sua participação nas atividades.

Os dados docentes revelam a existência de conflitos e divergências nas interações entre alunos residentes na Bolívia e alunos brasileiros, trazendo à tona questões relacionadas à incompreensão linguística e, em muitos casos, ao preconceito manifestado por estudantes brasileiros em relação àqueles que rotulam como “bolivianos”. O simples fato de viver na Bolívia gera episódios de provocações e xingamentos por parte de alunos brasileiros, tanto no contexto dos projetos esportivos quanto no ambiente das aulas regulares. Com isso, os alunos em situação pendular se esforçam para manter uma aparência de normalidade diante dos conflitos que enfrentam, buscando tornar-se quase “invisíveis” para a comunidade escolar. Dessa forma, eles tendem a deixar em segundo plano os elementos conflituosos que permeiam suas experiências.

Em suma, pode-se afirmar que as escolas, de maneira geral, especialmente aquelas que estão localizadas em regiões de fronteira e que acolhem alunos provenientes de outros países, desempenham um papel crucial no que tange à superação das barreiras descritas neste artigo. Elas se configuram como espaços privilegiados, nos quais os alunos têm a oportunidade de dialogar e interagir com as diversidades culturais que cercam suas realidades. Outro aspecto fundamental

é a possibilidade de essas crianças e adolescentes praticarem esportes em um ambiente que ofereça um efetivo tratamento educacional, que valorize elementos como a participação, a cooperação, o respeito mútuo, a tolerância, a inclusão e a diversão, elementos essenciais para a formação integral dos estudantes.

Conclui-se que, mesmo diante das limitações e das dificuldades que podem ter surgido ao longo deste estudo, há uma necessidade premente de que o poder público local se empenhe na implementação de políticas públicas diferenciadas, que visem atender às demandas específicas dos alunos em situação pendular enquanto estudantes regulares nas escolas da Reme. Com isso, é de suma importância que esses alunos recebam algum tipo de atenção, assim como os docentes que atuam nessas unidades escolares, os quais precisam passar por formações continuadas que os preparem para acolher os alunos “fronteiriços”.

Por fim, é vital também que haja uma conscientização abrangente dos agentes públicos de que a fronteira é um espaço único, repleto de grandes oportunidades coletivas e interculturais “para todos”, o que pode ser revertido para contribuir na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, sendo o fomento do esporte escolar um dos meios para auxiliar nessa demanda.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, M. M. S. **Transporte escolar em região de fronteira**: aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da Escola Municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio Da Cruz”. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021.
- ARF, L. M. G.; VELASQUE, S. R. O cotidiano dos professores e alunos pertencentes às escolas de fronteira. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, p. 103-114, 2017.
- BICKEL, É. A.; MARQUES, M. G.; SANTOS, G. A. dos. Esporte e sociedade: a construção de valores na prática esportiva em projetos sociais. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, v. 17, p. 1-8, 2012.
- CANDAU, V. M. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, Belém do Pará, v. 8, p. 28-44, jan. 2020.
- COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FARIAS, R. P.; GOLIN, C. H.; COSTA, E. A. da. Desafios para a inclusão de alunos imigrantes em uma escola pública de Manaus-AM, Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 93, n. 1, p. 111-125, 2023.

FLORES AGUILAR, G.; PRAT GRAU, M.; SOLER PRAT, S. Perfis pedagógicos de professores de educação física em uma escola multicultural. **Movimento**, v. 25, p. e25025, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIN, C. H. **Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais**. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação básica 2019**. Brasília: Inep, 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Pesquisa de contexto da educação física escolar no Brasil: resultados finais**. São Paulo: Instituto Península, 2019. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-Contexto-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica.pdf>.

LOPES, E. F.; COELHO, S. R. da S.; TEIXEIRA, D. M. D. A percepção dos professores/treinadores sobre o esporte nas escolas: um estudo exploratório. Teachers'/coaches' perceptions of sport in schools: an exploratory study. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 34203-34221, 2022.

LORO, A. P. O brincar na educação física escolar: um contexto fronteiroço. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 190-203, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº 198, de 29 de novembro de 2021. Normatiza o projeto de iniciação esportiva e treinamento esportivo nas unidades escolares da rede municipal de ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Corumbá**, n. 2.298, p. 49-51, 9 nov. 2021.

NETO, E. D. C.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, E. M. C. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. **Saúde e Transformação Social**, v. 6, n. 3, p. 109-117, 2015.

NEVES, A. B. de S.; CONTE, C. H. Um olhar fronteiroço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 2, p. 289-309, 2023.

OLIVEIRA, M. A. M. O ambiente fronteiroço: traços intangíveis e realidades sinuosas. **Revista GeoPantanal**, v. 11, p. 13-22, 2016.

OLIVEIRA, J. C.; CAMPOS, D. L. Migrantes e fronteira: lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, J. H. do V.; OLIVEIRA, M. A. M. de (Org.). **Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2012.

OLIVEIRA, J. C.; MARIANI, M.; OLIVEIRA, M. A. M. de. Imigrantes em rede na fronteira: o caso de comerciantes bolivianas em Corumbá-MS, Brasil. **Revista GeoPantanal**, p. 233-246, 2017.

PEROZA, M. A. de R.; SANTOS, N. M. dos. A invisibilidade da criança imigrante no atendimento educativo da rede pública de ensino de Ponta Grossa/PR. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 728-745, 2021.

PIRES, F. P.; ABREU, J. R. G.; FRANÇA, R. G. Educação física e esporte: o esporte na escola e da escola nas aulas de educação física. **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 219, n. 21, p. 17-25, ago. 2016. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd219/o-esporte-na-escola-e-da-escola.htm>.

RICCI, C. S.; OLIVEIRA, F. V. C. de; MARQUES, R. F. R. O esporte no contexto escolar extracurricular: sentidos e contradições no ensino do futsal. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e237054, 2022.

RIZZO, D. T. de S. Esporte para todos ou quase todos? Considerações sobre a prática esportiva educacional. 1. ed. Ponta Porá: **EdFAMAG**, 2017.

SANCHES, S. M.; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, v. 37, p. 825-841, 2011.

SCHILLING, F.; MAGALHÃES, G. M. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. **Pro-Posições**, v. 23, p. 57-76, 2012.

SILVA, O. de O. A inclusão de alunos da comunidade boliviana nas aulas de educação física escolar no Brasil. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 18, n. 188, jan. 2014.

SILVA JUNIOR, A. P. *et al.* Os legados no campo social e educacional após a realização dos megaeventos esportivos no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, p. 15-24, 2017.

WESCHENFELDER, V. I.; FABRIS, E. T. H.; OLIVEIRA, J. F. Docência e relações interculturais na fronteira Brasil-Venezuela. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, p. 668-688, 2021.